

Nº 19 - 01/09/2006

Crédito: Ricardo Stuckert/PR

Em pauta

Comunicação é um direito

Um dos pontos do programa de governo divulgado pela coligação "A força do povo" diz respeito à necessidade de democratizar a comunicação.

Sobre este tema, o programa afirma que será "garantida a democratização dos meios de comunicação, permitindo a todos o mais amplo acesso à informação, que deve ser entendida como um direito cidadão".

O programa de governo da coligação propõe "construir um novo modelo institucional para as comunicações, com caráter democratizante e voltado ao processo de convergência tecnológica; incentivar a criação de sistemas democráticos de comunicação, favorecendo a democratização da produção,

da circulação e do acesso aos conteúdos pela população; e fortalecer a radiodifusão pública e comunitária, a inclusão digital, as produções regional e independente e a competição no setor".

Estas idéias causaram uma reação violenta por parte de algumas empresas e profissionais que atuam na área. Em nossa opinião, os reagentes confundem liberdade de imprensa com liberdade ampla, geral e irrestrita das empresas de comunicação.

A coligação "A força do povo" está na linha de frente da defesa da democracia. E como todos sabem, democracia inclui liberdade de imprensa. Uma das ameaças à liberdade de imprensa consiste, precisamente, no monopólio dos meios de comunicação.

Os críticos da democratização dos meios de comunicação consideram que este compromisso seria, tão somente, um disfarce para propor a "intervenção do Estado numa área onde sua presença é sempre perigosa".

É curioso: gente que se considera liberal, considera nocivo que se defenda maior concorrência na área da comunicação. Duplamente curioso: gente que repudia publicamente a presença do Estado na comunicação, privadamente luta com afinco para obter financiamento público e verbas publicitárias.

A coligação "A força do povo" divulgará, proximamente, um texto específico sobre o tema da comunicação e da democracia. O debate em curso está sendo muito útil para precisar nossas idéias a respeito, até por que lança luz sobre duas questões que devem ser respondidas por todas as candidaturas: a) a população brasileira tem ou não direito à uma comunicação democrática, plural e de qualidade? b) o Estado tem ou não um papel na garantia deste direito?

Habitação

Tucanos investem pouco em habitação

Durante o governo FHC, os tucanos investiram uma média de R\$ 6,3 bilhões anuais em habitação. Em São Paulo, o governo tucano também não tem dado atenção à habitação. Nos últimos seis anos, os governos Covas/Alckmin não atingiram as metas de habitação estipuladas pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Em 2000, por exemplo, a previsão era a entrega de 36.475 unidades habitacionais. Naquele ano, o governo estadual só entregou 5.629 (15,43%). Com Alckmin, o número de unidades entregue não chegou à metade do previsto pela LOA. Além disso, Alckmin deixou de investir R\$ 1,19 bilhão - proveniente de 1% do ICMS - nos últimos seis anos. Esse valor beneficiaria 150 mil pessoas, ou seja, 36 mil novas casas.

Hoje, o déficit habitacional no Estado é de mais de 1,1 milhão de casas. Mesmo assim, o orçamento da Secretaria de Habitação, em 2006, será de pouco mais de 1% da LOA.

Nos doze anos em que o PSDB comandou o governo do estado, a política de habitação desconsiderou os movimentos sociais que atuam na área. Além disso, faltou transparência na aplicação dos recursos.

Lula desonera produtos para habitação

O governo Lula aumentou sensivelmente o investimento no setor de habitação. O valor anual investido pulou de R\$ 7,02 bilhões em 2002, último ano do governo anterior, para R\$ R\$ 13,82 bilhões em 2005. De 2003 até março de 2006, o governo investiu R\$ 34,6 bilhões. Com o investimento previsto para 2006, ao final do mandato terão sido aplicados R\$ 50,2 bilhões, contemplando mais de 1,6 milhão de famílias, das quais 70% com renda mensal de até cinco salários mínimos. O atendimento às famílias com renda de até três salários mínimos passou de 98,9 mil famílias, em 2002, para 226,4 mil famílias em 2005 - um aumento de 120%.

Para melhorar o planejamento do setor, foi aprovado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A finalidade do Fundo é a de somar recursos da União, estados e municípios e evitar intervenções isoladas para a moradia popular. O FNHIS conta com R\$ 1 bilhão no orçamento deste ano. A maior parte dos recursos está sendo aplicada na urbanização de favelas, com prioridade à erradicação de palafitas.

Além de disponibilizar mais recursos para habitação, o governo Lula desonerou produtos da cesta básica da construção civil, propiciando a geração de novos empregos e reduzindo o déficit habitacional do País. O resultado foi um crescimento de 6,2% na construção civil em 2006. Hoje, compra-se um saco de cimento a R\$ 10. Há oito anos, o valor do cimento era de R\$ 20. O volume de recursos gastos em urbanismo no triênio 2003-2005 representou 55,8% a mais do que o total aportado à área no triênio 2000-2002.

Circula por aí

Ainda os cartões de crédito

Informações e matérias sobre os cartões de crédito corporativos da Presidência da República, instituídos em 2002, durante o governo FHC, continuam circulando pela Internet em correntes de e-mail e comunidades do Orkut.

É preciso informar a todos, a bem da verdade, que o Tribunal de Contas da União, órgão público responsável por fiscalizar todos os gastos do governo, investigou exaustivamente estas denúncias no ano de 2004.

Conforme o Acórdão 1783/2004, o TCU arquivou o caso afirmando em seu relatório que "não é possível observar um incremento no uso de suprimentos de fundos a partir da implantação do cartão de crédito corporativo", informando também que "a Unidade Técnica assinala que a explicação para o aumento dos gastos com cartão de crédito é a menor utilização das contas bancárias para concessão dos fundos." Isto significa que ao usar os cartões de crédito corporativos, o governo federal consegue ter maior controle nos gastos, evitando assim ter de abrir diversas contas bancárias especiais para efetuar pagamentos.

O documento completo, aprovado em plenário do TCU que contou com a presença de seu presidente Valmir Campelo, no dia 17/11/2004, pode ser visto no sítio do TCU em www.tcu.gov.br na sessão "Consulta" no item Acórdãos. Ao final do relatório, o ministro recomenda "9.6. arquivar os autos, com fundamento no art. 169, IV, do Regimento Interno".

Os veículos de comunicação, que se esforçaram em publicar a denúncia no período da investigação, não divulgaram o resultado final do relatório, por isso é importante que toda a militância esclareça a sociedade sobre este assunto.

Agenda

12/9 Dia Nacional de Mobilização das Mulheres - Dia Lilás

Leia também

- » **Lula reforça compromisso com o RS** [\[+\] Leia mais](#)
- » **Lula diz que Brasil investe mais em educação** [\[+\] Leia mais](#)

Clique para visitar o site oficial da campanha de Lula, clique no botão ao lado ou digite no navegador: www.lula13.org.br

Antivírus é um boletim publicado sob responsabilidade da coordenação de internet da campanha Lula. **Coord. geral:** Ricardo Berzoini. **Coord. de internet:** Valter Pomar.

Caso você não queira mais receber este boletim [clique aqui](#) ou mande uma mensagem para faleconosco@lula13.org.br com o assunto "Cancelar envio".